

XV

MESTRADO EM EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: EXPERIÊNCIAS NA AMAZÔNIA PARAENSE*

Jecilaine Ferreira Silva¹

George Edson Santos Sardinha²

Hélia Maria Gama da Silva³

Hellen Regina Martins Rocha⁴

Gilberto César Lopes Rodrigues⁵

O mestrado profissional em educação escolar indígena da Amazônia Paraense

Em 2018, um grupo de professores liderados pela Universidade Estadual do Pará (UEPA) articula uma rede de pesquisadores doutores das universidades públicas do estado envolvidos com pesquisas e publicações no âmbito da Educação Escolar Indígena. No início de 2019 estabelecemos uma rede de pesquisadores que alcançava quatro universidades públicas do estado do Pará e apresentou-se a proposta à CAPES

*DOI - 10.29388/978-65-86678-45-1-0-f.343-365

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Escolar Indígena da UEPA, UFPA, UNIFESSPA e UFOPA. Graduada em Pedagogia na Universidade Federal do Oeste do Pará em 2018. Email: jeciborari@gmail.com

² Mestrando do Programa de Pós-graduação em Educação Escolar Indígena da UEPA, UFPA, UNIFESSPA e UFOPA. Graduado em Licenciatura em Física na Universidade Federal do Pará em 2009. Email: george_edson@hotmail.com

³ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Escolar Indígena da UEPA, UFPA, UNIFESSPA e UFOPA. Graduada em Licenciatura Plena em Letras e Especialista em Gênero do Discurso e Literatura, pela Universidade Luterana do Brasil, (ULBRA). Especialista em Linguagem Educação Infantil e Séries Iniciais, Universidade Federal do Pará, (UFPA), Especialista em Ensino Interdisciplinar das Ciências e Meio Ambiente. Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Email: helia.maria.silva@hotmail.com

⁴ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Escolar Indígena da UEPA, UFPA, UNIFESSPA e UFOPA. Email: hellenreginamartinsrocha@gmail.com

⁵ Professor no Programa de Pós-graduação em Educação da UFOPA; Professor no Programa de Pós-graduação em Educação Escolar Indígena da UEPA, UFPA, UNIFESSPA e UFOPA. email: gilbertocesar@gmail.com

através de uma associação contendo a UEPA, a UFPA, a UFOPA e a UNIFESSPA, com a UEPA coordenando.

A proposta se consolidou em torno da criação do Programa de Pós-graduação em Educação Escolar Indígena (PPGEEI) na estrutura acadêmica da UEPA, campus de Belém, organizado em forma de mestrado profissional, e dividido em duas linhas de pesquisas: (i) Currículo, Modos de Fazer e Avaliação em Educação Escolar Indígena e (ii) Planejamento, Produção de Materiais Didáticos na Escola Indígena. Apesar da sede em Belém, optou-se por ofertar as vagas no interior, nas cidades de Marabá e Santarém, realizando as disciplinas nessas cidades com a culminância em Belém.

O primeiro edital de seleção foi lançado no final do primeiro semestre de 2019 disponibilizando vinte vagas exclusivas para “indígenas portadores de diploma de Licenciatura Plena” (EDITAL, 2019, p.1), sendo dez vagas para Santarém e dez para Marabá.

Finalizado o processo de seleção o polo de Santarém recebeu oito educadores indígenas envolvendo as etnias Arapiun, Kumaruara, Borari e Curuaia. No polo de Marabá foram contemplados dez candidatos das etnias Karajá, Xikrin, Xipaiá, Juruna, Gavião, Aikewara e Xikta-no. Apesar de vinte vagas oferecidas, foram preenchidas dezoito, abrangendo doze mulheres e seis homens.

No segundo semestre de 2019 iniciou-se a oferta das disciplinas. Em dezembro, ocorreu o primeiro encontro de professores e alunos em Belém por ocasião do “I Seminário do Programa de Pós-graduação em Educação Escolar Indígena” sob o tema “Pesquisa na Pós-graduação em Educação Escolar Indígena: protagonismo e resistência”. O evento envolveu socialização de produções dos mestrandos, avaliação do semestre e estabelecimento de metas para 2020.

Porém, devido a pandemia do coronavírus as atividades foram suspensas provocando atraso na programação de aulas, no trabalho de campo e de pesquisa dos mestrandos. Muitos voltaram para suas aldeias. Decorrente dessa inesperada situação decidimos apresentar uma videoconferência transmitida pelo YouTube com o título “Experiências Indígenas de Cursar Mestrado em Tempos de Pandemia”, ocasião em que projetamos a escrita deste artigo.

Após a videoconferência, e tendo em vista que a realização do mestrado profissional em educação escolar indígena, a partir de universidades públicas situada na Amazônia, seja a primeira experiência do gênero na Amazônia brasileira, o que anima a produção de conteúdo nessa área, optamos por registrar de modo escrito as experiências narradas na *live*. Quatro alunos das etnias Borari, Kumaruara e Arapium aceitaram o desafio e seus relatos compõem este artigo.

Em tempo, recebemos o convite para compor um capítulo do livro Educação e Realidade Amazônia, organizado a partir da disciplina de mesmo nome ofertada pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará, para somar aos textos e pesquisas dos alunos de mestrado desse programa. Convite que motivou ainda mais o projeto de publicar as experiências narradas na *live*. Registramos os agradecimentos aos ‘professores-casal’ Anselmo e Lilia Colares pelo convite e empenho para a concretização deste livro.

O Sentindo da vida e da resistência dos nossos ancestrais em tempos atuais

Sou conhecida como Jecilaine Borari da Terra Indígena Alter do Chão, região de Santarém-PA. Tenho habilitação em magistério, graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Oeste do Pará e, atualmente, sou acadêmica do Mestrado Profissional em Educação Escolar Indígena, da UEPA, UFPA, UNIFESSPA e UFOPA. Faço parte do Conselho de Lideranças do CITA⁶, a organização que representa os 13 povos do Baixo Tapajós onde, como conselheira, represento o território Borari de Alter do Chão, junto com o Cacique Maduro. Sou presidente da Associação Indígena Iwipurãga⁷ que é a representação jurídica do Povo Borari de Alter do Chão.

Como educadora, sempre atuei em projetos voltados para educação ambiental e cultural na minha comunidade. Com isso busquei uma graduação para melhor conhecer as leis educacionais e poder colaborar

⁶ Conselho Indígena Tapajós-Arapiuns. Entidade jurídica que representa os povos indígenas do Baixo Tapajós e o Planalto Santareno.

⁷ Mais detalhes em: <https://web.facebook.com/IwipuragaBorari>

com minha comunidade em busca de melhorias na educação, o que estamos seguindo, mesmo que em passos lentos, mas esperançosos, de conquistarmos uma educação realmente diferenciada e de qualidade.

A preservação ambiental e territorial foi que me fez buscar o meu autorreconhecimento, em procura dos meus direitos, conhecer melhor o que consta na Constituição Federal sobre os direitos étnicos. Baseado nas histórias escrita e falada dos Borari, dos mais velhos, e na cultura vivenciada que sempre foi muito forte e presente no dia a dia da comunidade, assim como a forma de vida, a Piracaia, a cerâmica, os vestígios arqueológicos, os artefatos encontrados nas terras do território, o uso das plantas medicinais, todos esses costumes herdados dos nossos ancestrais, nos fez garantir o reconhecimento como povo indígena da etnia Borari.

Experiência indígena, eu traduzo como se eu tivesse uma agenda diária com alguns elementos, por exemplo: sou rodeada de igarapés, de rio, de peixe e pescadores (meu irmão), de caça e caçadores, de plantas e conhecedores dessas plantas, (minha mãe). Tudo isso me faz pensar a vida um pouco diferente, me faz ter um olhar diferente pra natureza e para as pessoas que convivo, tenho uma forma de existir. Com a experiência de viver em uma Aldeia que acabou virando ponto turístico do mundo e agora com os estudos, sei que há uma diversidade de pessoas no mundo com sua cultura própria, seus costumes. Hoje luto por esse respeito que deve haver entre todos, pelo território, por rios saudáveis, porque acredito que ‘ser indígena é arriscar a própria vida, para valorizar a nossa identidade, e nossa missão é esforçar-nos para que os filhos dos nossos netos usufruam dos bens e da beleza da natureza nos séculos vindouros’.

“Estar no mestrado” é poder fazer parte de uma história que muito se lutou, é um sinônimo de liderança. Sinto que é hora de liderar com o zelo que um líder deve ter. A consciência dessa responsabilidade com todos, me fortalece a continuar essa caminhada. Tive como aprendizagem a forma de luta dos parentes, que mesmo sendo de etnias e cidades diferentes, costume dizer: “são histórias iguais, vividas em lugares diferentes.” A conclusão desse mestrado é a habilitação para um retorno à vida na comunidade e na família com a responsabilidade de colaborar como liderança. Essa liderança tem valores com a honra do passado,

com os que lutam comigo no presente, e ainda, um compromisso com a geração futura.

Porém são tempos de pandemia que trouxe tempos incertos e para nós indígenas o objetivo é salvar vidas. O isolamento social é uma prática comum usada pelos indígenas como estratégia em momento de vulnerabilidade e para que fujam das doenças do “branco”, seja espiritual, material ou corporal, onde a ganância está destruindo vidas e culturas. Os valores fundamentais de uma família e de um povo, como a solidariedade e o cuidado com as pessoas, no atual modelo de vida social, político e econômico, são de extrema importância para a garantia da sobrevivência de todos.

Estou com a minha família em casa, no lago do Jacundá em Alter do Chão, onde moramos desde que nascemos. Nossa família permanece isolada, só sai uma pessoa se for por extrema necessidade, pois minha mãe tem 73 anos, minha filha tem 6 anos, e sobrinhos abaixo de 3 anos. Quem estava para cidade continua na cidade, pois, sabemos bem qual é o risco de receber pessoas de fora.

Já vivemos encurralados e refugiados no nosso próprio território há muito tempo, mas esse isolamento forçado nos fez mais resistente, não é o que queremos, mas, hoje passamos a dar mais valor aos nossos velhos, aos nossos sábios, as nossas práticas deixadas pelos nossos ancestrais. Já plantamos macaxeira, melancia, jerimum, plantamos árvores, voltamos a pescar com mais frequência. Muitas famílias indígenas de Alter também estão vivendo assim. É uma forma de respeito com a vida.

Com a pandemia foi possível viver com mais intensidade esse aprendizado que vem de muitos tempos, desde os nossos ancestrais, o isolamento como proteção. O que traz uma reflexão direta, nos possibilitando um ponto de vista diferente sobre a pandemia, como uma maneira forçada de enxergar a vida, e tudo que temos. Em um momento que todos estavam valorizando seu ego e a individualidade, passando a dar importância a vida coletiva como prioridade, o cuidar um do outro. Para nós Borari, tornou-se fundamental a valorização do vínculo familiar que estava invisível, onde um passou a se importar um com outro, consultando-os através de grupos de WhatsApp e ligações pessoais.

Os hábitos familiares, que já estavam aos poucos se perdendo devido o intenso contato com a globalização, passou-se a ser mais valorizado. Entre eles estão, a relação com os mais velhos, os contatos com os sábios da família, a efetividade entre a vida e os saberes adquiridos por eles, seja o cuidado com os alimentos, na importância de uma produção e o manuseio próprio, e com a saúde, prevenindo através do uso de plantas medicinais, como um ritual de curas, valorizando assim a vivência dessa prática de vidas, pois essas práticas nos trazem ensinamentos históricos, de valor a humanidade como povos indígenas.

Desde o início da quarentena, começamos a pensar em como nos manifestar como povo, onde os estudantes indígenas foram fundamentais na iniciativa, partindo de referências já vividas com o coletivo. Reconhecendo quais fenômenos já vividos historicamente pelos indígenas, desde a colonização, a população indígena sofreu intocáveis surtos de doenças, o que causou uma significativa diminuição, levando muitos grupos a extinção e ao genocídio. Em seguida, pensou-se em que estratégias conhecidas historicamente relacionadas ao corpo, bem-estar, proteção e saúde, que poderiam ser usadas atualmente.

Além de ser filha, mãe, esposa, sou gestora de uma associação com mais de 200 famílias cadastradas. Foi necessário rever os encaminhamentos da associação que estavam previstas para outros objetivos e reencaminhar, tudo para o combate ao Corona Vírus. Conseguimos com muito esforço um auxílio como complemento alimentar para as famílias, doando cestas básicas e outra só com produtos de higiene e limpeza pessoal.

Para falar em “Tempos de pandemia”, sabemos que pandemia acontece quando uma epidemia se estende a níveis mundiais, nesse caso por ser um vírus invisível, diferente dos carapanãs, não conseguimos ver. Vi nos grupos, alguns parentes que ainda não estão levando a sério, e outros solicitando posicionamentos mais firmes para isolar as aldeias. Os casos começaram a se alastrar e a preocupar, fui aos poucos reconhecendo que é muito sério. É uma situação nunca vivida.

O caso do óbito divulgado em Alter foi difícil de analisar nos primeiros dias, muitas informações desconstruídas. A preocupação só aumentou, e também os cuidados. Alguns parentes tiveram sintomas gri-

pais, tudo gerou uma preocupação do coletivo, optando pelo isolamento social. A SESAI passou a acompanhar e fazer monitoramentos. O uso de máscaras e a limpeza passaram a ser rotina nessa luta.

O momento da pandemia trouxe à tona a maneira que a humanidade está lidando com o planeta, a falta de respeito com o meio ambiente, o cuidado com o outro, como chama a atenção Ailton Krenak:

A nossa mãe, a Terra, nos dá de graça o oxigênio, nos põe para dormir, nos desperta de manhã com o sol, deixa os pássaros cantar, as correntezas e as brisas se moverem, cria esse mundo maravilhoso para compartilhar, e o que a gente faz com ele? O que estamos vivendo pode ser a obra de uma mãe amorosa que decidiu fazer o filho calar a boca pelo menos por um instante. Não porque não goste dele, mas por querer lhe ensinar alguma coisa. “Filho, silêncio.” A Terra está falando isso para a humanidade. E ela é tão maravilhosa que não dá uma ordem. Ela simplesmente está pedindo: “Silêncio”. Esse é também o significado do recolhimento. Quem dera eu pudesse fazer uma mágica para nos tirar desse confinamento, que pudesse fazer todos sentirem a chuva cair. É hora de contar histórias às nossas crianças, de explicar a elas que não devem ter medo. Não sou um pregador do apocalipse, o que tento é compartilhar a mensagem de um outro mundo possível. Para combater esse vírus, temos de ter primeiro cuidado e depois coragem. (KRENAK, 2020, p 45)

Nós indígenas estamos de luto, mais de 87 povos já foram atingidos pela pandemia (23 de junho, 2020), choramos a passagem de nossos guerreiros históricos, anciãos, artistas. Foram muitas as lideranças que partiram para o mundo espiritual, que nos deixaram seu legado e deixaram um exemplo de luta e vida, isso nos fará falta. Não permitimos que mais nenhum indígena seja levado pelo desrespeito e pelo descaso do governo atual. Diante disto, seguimos lutando no combate a pandemia, assim também no enfrentamento do aumento desenfreado das invasões em nossos territórios, e contra os ataques aos nossos direitos que seguem a todo vapor no congresso.

A situação com o coronavírus em Alter do Chão, está muito difícil, principalmente para nós indígenas e demais famílias em situação de vulnerabilidade social. O custo de vida é muito alto, para nós que estamos aqui em alta e baixa temporada, já sabemos lidar com a situação, de um jeito ou de outro conseguimos sobreviver e saber viver com o que temos, mas temos famílias que de uma forma ilusória, escolheram Alter do Chão para viver até ficar rico e, com o coronavírus, não conseguiram mais se manter com o custo de vida alto que temos aqui.

Alter do Chão tem indígenas, ribeirinhos, pescadores, beneficiários do bolsa família, vivemos de farinha e peixe pego na hora.



Imagem 1: Peixe ticado.



Imagem 2: Peixe assado.



Imagem 3: Pescador.

Fotos: JeciBorari, 2020

Nós que vivemos diariamente em Alter do Chão, acompanhando o dia a dia dos comunitários, acreditamos que ainda não está em tempo de voltar ao normal, de abrir comércio, turismo local, e infelizmente a pressão empresarial falou mais alto. Aqui temos muitos idosos, a pressão em realizar o Sairé era muito perigosa, a maioria do Rito Religioso é composta por nossos idosos, eles pertencem ao grupo de risco. Com

isso, conseguimos convencer os empresários que não havia condições de realizar Sairé este ano. As construções de prédios não pararam, os ônibus veem lotados com operários, vem e voltam todos os dias. Precisamos ainda que permaneçam em confinamento, evitando aglomerações para que o vírus não continue se propagando.

O que os meus olhos observam ao longo dessa pandemia, é algo que reflete essa responsabilidade. Temos que lutar pelo bem viver dessa grande maloca e todos que vivem nela. Como contribuição daqui para o mundo digo que devemos seguir lutando pela preservação da vida do nosso povo e por tudo que nos rodea. Isso vai refletir em um ar melhor para respirar tanto aqui como para o outro lado do mundo. Em Alter tem vidas e essas vidas importam.

Os desafios e perspectivas de cursar mestrado e a pandemia

Olá! Sou George Sardinha, etnia Borari de Alter do Chão em Santarém-Pará, conhecido “George Borari” mestrando em Educação Escolar Indígena. Cursei Licenciatura em Física na Universidade Federal do Pará em 2005-2009 (UFPA) e Matemática na Universidade Federal do Oeste do Pará em 2013 (UFOPA). Em Janeiro de 2019 obtive aprovação em Engenharia Civil no Instituto Federal do Pará (IFPA) e em agosto aprovação no Mestrado em Educação Escolar Indígena na Universidade do Estado do Pará (UEPA).

Nos anos de 2010 a 2012 trabalhei na Casa Familiar Rural de Santarém (CFR) onde tive uma experiência enriquecedora na educação do campo ensinando os estudantes filhos de agricultores. A partir de 2013 a 2015 iniciei minha experiência como professor em escolas indígenas, trabalhando durante 4 anos na Aldeia Munduruku de Ipaupixuna no Planalto Curua-una, onde adquiri muito conhecimento principalmente no que se refere à Língua Munduruku, aos costumes e as tradições do lugar. Gostaria que alguns parentes professores munduruku estivessem estudando também no mestrado, mas provavelmente numa próxima turma eles estarão. Depois em 2016 estive lecionando na Aldeia Arapyú de Vila

Franca no rio Arapiuns; em 2017 retornei p Ipaupixuna. Em 2018, trabalhei na aldeia Tupinambá de Limãotuba no Tapajós e em 2019 trabalhei, de maneira breve, na Aldeia Tupaiú de Aningalzinho. Atualmente sou professor na Escola Indígena Borari Antônio de Sousa Pedroso em Alter do Chão, onde faço a pesquisa que irá compor minha dissertação de mestrado.

Sou membro da Associação Indígena Iwipurãga (lugar bonito) de Alter do Chão, membro do Conselho Indígena Tapajó-Arapiuns. Atuando nas mais diversas lutas juntos ao movimento indígena, principalmente no âmbito da educação. Já fui coordenador do Grupo Consciência Indígena - GCI em 2017, onde através dos vários encontros do grupo fortaleci cada vez mais minhas origens indígenas. Em 2018, fui escolhido como membro da coordenação do grupo de professores indígenas do território etnoeducacional, onde temos um grande desafio de criar uma associação de profissionais indígenas da região. A experiência de estar no pós graduação significa buscar uma qualificação profissional em nível de Mestrado, uma vez que estou atuando nas escolas indígenas do território e preciso me qualificar cada vez mais. Essa pós-graduação é de fundamental importância para os professores-pesquisadores, pois proporciona uma ampliação de propostas de ensino intercultural no âmbito da educação básica e da educação superior. Os aprendizados são muitos, em particular a minha linha de pesquisa é sobre o Currículo, nela busco investigar o caráter diferenciado da educação escolar indígena, de formação, e implementação de propostas curriculares que atendam a projetos coletivos específicos dos povos indígenas. Além disso, conforme as diretrizes do curso de mestrado, buscamos contribuir na elaboração e implementação de propostas de intervenção pedagógica alinhadas com o protagonismo indígena e; elaboração e implementação de variadas formas de gestão e avaliação, diferenciadas e adequadas a realidade de cada povo, tendo como referência a educação escolar indígena no processo de afirmação da identidade, do território e da resistência que caracteriza os povos indígenas, em especial para a percepção do direito a escola diferenciada e ao respeito às formas de organização e de vida indígena, com o objetivo de produzir saberes a partir da interação entre os saberes tradicionais indígenas e os saberes da ciência clássica, na forma de diálogo intercultural, e

sob a perspectiva da afirmação da nação brasileira pluriétnica, intercultural e de direitos de todos.

A outra linha de pesquisa abrange o planejamento e produção de materiais didáticos na escola indígena, esta linha reúne estudos que contemplam aspectos do planejamento e da produção de cultura material em educação escolar indígena apropriados a realidade da escolarização de povos indígenas, contemplando a relação entre tecnologias tradicionais indígenas e tecnologias de ensino na produção de materiais didáticos; produção de conhecimentos a partir interação indígena – não indígena e; produção de arcabouço didático em educação escolar indígena, com o objetivo de estruturar modelos educacionais que atendam às especificidades da educação escolar indígena na Amazônia.

Porém fomos surpreendidos no curso do mestrado pela Pandemia, quarentena, isolamento social, lockdown, etc., palavras e assuntos da nossa nova realidade. Ainda não surgiu uma vacina, mas o mundo busca conter a disseminação da COVID 19 para ganhar tempo, nosso dia-a-dia mudou de repente. Nós, povos indígenas, temos sido dizimados por epidemias ao longo da história. São inúmeras as condições que fazem com que sejamos mais vulneráveis a doenças e ao risco extermínio. Além dessas preocupações, também temos que enfrentar as problemáticas ligadas ao nosso território *borari* de Alter do Chão, as questões ambientais e sociais, como construções as margens do Lago Verde, invasões ilegais de grileiros, desmatamentos, entre outras, colocam em risco nossos direitos, a segurança alimentar e, conseqüentemente, as nossas vidas. Além disso, as formas de organização social em Alter do Chão, a convivência com turistas vindos de todas as partes do Brasil e do mundo, as numerosas famílias, o compartilhamento de utensílios entre os parentes, também facilitam na disseminação de doenças respiratórias e infecciosas, como é o caso da COVID-19. Os problemas que o não-indígena enfrenta com o sistema de saúde (SUS) para prevenir, diagnosticar e tratar os casos mais críticos se potencializam quando nos referimos aos indígenas, principalmente, devido às especificidades e dificuldades de articulação enfrentados pelo subsistema de Saúde Indígena (SESAI). A principal estratégia encontrada pelas aldeias da região para se prevenir nesse período de pandemia foi o de evitar a entrada e saída de pessoas. Porém, há dificuldades

enfrentadas pelas famílias com relação a alimentação, insumos e recursos que são adquiridos em comércios de urbanos. Vale lembrar que somente agora algumas famílias estão recebendo o auxílio emergencial e as cestas básicas destinadas aos alunos da educação básica do município e do estado.

Assim, nossa vontade de estar na universidade fazendo uma pós-graduação, buscando o conhecimento acadêmico mesmo em tempos difíceis não pode mudar. Apesar da suspensão das aulas presenciais, nós mestrandos estamos acompanhando os eventos online, as *lives* e debates sobre a rumos da educação e outros temas de interesse dos estudantes. O que podemos esperar é que essa pandemia passe logo, e que as pessoas fiquem bem e em breve possamos nos rever pessoalmente.

Refletir o Aprender: passado e presente.

Fazer essa reflexão é fazer busca histórica. Sou Hélia Maria Gama da Silva, da etnia Kuaruara e falar de minha trajetória acadêmica é conhecer algo vivenciado em uma longa jornada que merge em um mundo desconhecido para mim, isso no início. Que vem ser o mundo das letras, da leitura e da escrita que foi muito difícil, para eu conhecer, entender, compreender e interpretar de forma coerente, esse novo aprender.

O Brasil, é um país que traz enraizado na história, um histórico de ensino inconsistente, e para o índio pior ainda, quando conseguia ou consegue até hoje implantar escola em aldeia indígena elas chegam de forma precária. Como bem reza a história, os catequizadores quando aqui chegaram, catequizavam os índios para exercer a obediência, servir os colonizadores nas lavouras, nos serviços domésticos, ler a bíblia etc. Nunca na história, já se pensou em construir escola para índio pensando em valorizar, seus valores culturais, econômico, sua crença, seus costumes e etc. Diferente do que rege as leis que estão lá no papel.

Assim era a escola para índio, o indígena catequizado, que mal sabia conduzir a leitura na bíblia, já era indicado a ser professor. E na minha aldeia não foi diferente, isso eu vive, e mais difícil era chegar na escola, porque tinha que caminha mais de uma hora. Pois minha família vivia mais isolado da aldeia central, nesse vai e vem, não conseguia apren-

der nada, nem as letras do A, B, C, mas também não se ensinava nada. O que aprende mesmo de verdade, foi a conviver e respeitar momentos agradáveis com a floresta.

A natureza ensina o que ela tem de mais sagrado para os filhos da floresta, na longa jornada conhecia cada pé de árvore, as flores através do aroma suave que espalhava pelo ar e me transmitiam serenidade, liberdade, tranquilidade, paz e as coletava para fazer colar, brinco, coroa, pulseira, eram os adornos. Os animais também eram nossos parceiros, as árvores frutíferas de onde coletava vários tipos de frutas; como o acau, maracujá do mato, muruci, jutaí, ingá de macaco, etc. são inúmeras as frutas silvestres que o índio se alimentava na mata.

O espírito da mata nos ensina há conviver com esse desconhecido, que devemos conhecer, respeitar e interpretar cada movimento presente nos seres que a compõe, nos cantos dos pássaros, nos ruídos dos animais, na serenidade da água do igarapé, no frescor da floresta e do vento que nos acolhem e etc. Para o indígena, é essa relação harmoniosa que o ser humano deve ter com a natureza. A leitura que se faz da floresta é atmosférica presente na cultura indígena, mas isso só tem sentido para quem nasce, cresce entre meio a floresta, “os índios possuem um domínio material e espiritual do mundo e que o transmitem sem escrita, sala de aula ou professores”. (FUNARI e PIÑÓN, 2011, p.70).

Aos sete anos sai da aldeia para servir o branco na cidade, falei aos meus pais que iam me levar para “estudar”. Porém era mais uma das formas de nos escravizar, foram anos de exploração, sofrendo todos os tipos de discriminação e abuso. Nessa leva de maus tratos, ia para a escola sim, mas não conseguia aprender se quer a decifrar os códigos das letras, no contexto da leitura e escrita, mesmo assim passava de ano sem saber ler, escrever e resolver as quatro operações. Pois vivia exausta de tanto trabalhar e não conseguia acompanhar a explicação do professor, sou reflexo desse ensino, sistêmico, colonizador, maldito desse país, e das pessoas desalmadas que me deixaram marcas profundas discriminatórias.

Mas a vontade de desvendar o mundo da escrita e da leitura era grande a curiosidade, já chegando aos trinta concluí o magistério, aos quarenta, entrei no curso superior, também sofri muita discriminação,

mas com esforço e dedicação consegui vencer os vermes racistas. Cursei Licenciatura plena em Letras e Especialização em Gênero do Discurso e Literatura, pela Universidade Luterana do Brasil, (ULBRA). Mas consciente de que precisava ter no currículo um diploma Federal, e cursei; Especialização em: Linguagem/Educação Infantil e Séries Iniciais, pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e outra Especialização em: Ensino Interdisciplinaridade das Ciências e Meio Ambiente, pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

O que trago como experiência quanto professora indígena, no início foi muito difícil, porque fui trabalhar em escolas não indígena, com turmas de quinto e sexto ano. Detalhe tinha que ministrar todas as disciplinas, mais um desafio, tive que estudar as disciplinas para fazer os planos de ensino, além disso eu era a responsável da escola e ainda tinha que fazer merenda e servir. Mais uma vez vivencio o descaso pela educação no país.

Prestei serviço a (UFOPA) no PAFOR, foi uma excelente experiência em que pude ver a realidade dessa modalidade de ensino, também com muitas brechas indesejáveis a formação de professores. Somente em 2015, fui trabalhar no modular indígena, nessa nova conquista, me sentir realizada em trabalhar com o meu povo e ver a realidade desse ensino. Também é ensino sistematizada fora da realidade do indígena. Mas conhecendo a problemática, fui adequando o planejamento de ensino conforme a realidade de cada povo, sem fugir do contexto global, mesmo porque esse aluno vai sair da aldeia e enfrentar o mundo acadêmico. Como exemplo falar de Literatura para os discentes indígenas, foi quando surgiu a ideia de trabalhar as histórias locais contadas pelos sábios da aldeia.

E, a partir dessa dinâmica criei o projeto de pesquisa sobre as narrativas que venho desenvolvendo nas escolas indígenas com alunos do ensino Médio, e esse projeto abriu espaço para adentrar no curso de Mestrado. Mesmo porque fazer essa retomada das narrativas no contexto Literário é direito constitucional, conforme a Constituição de 1988, que nos garante uma educação diferenciada, Erika Guesse contempla em seu artigo:

[...]professores indígenas têm se dedicado a escrita de diversos materiais que são utilizados nas escolas indígenas, que estão sendo lidos nas aldeias e fora delas sob uma perspectiva literária. Para os índios, a escrita de seus mitos são muitas significativa, com forma de preservar e divulgar um legado cultural fundamental para a vida em comunidade. As histórias, que antes eram transmitidas de geração em geração, através da oralidade, hoje também estão sendo fixadas através da escrita e recebendo o estatuto de Literatura (GUESSE. 2011.p.01).

Nesse sentido, a literatura oral, pode ser entendida como prática cultural direcionada para a difusão das ideias que englobam o universo no processo de civilização da memória que toma como referência as narrativas contadas pelas pessoas antigas.

Hoje me assumo indígena da etnia Kumaruara, deixando claro que sempre fui indígena. Não me assumia, porque mais discriminação ia sofrer, e esse medo perdurou por décadas, agora com a reorganização e a autoafirmação luto, junto ao Conselho Indígena Tapajós Arapiuns (CITA), por melhorias na saúde, educação, demarcação de Território e outros direitos que nos assiste quanto indígena. Diante dessa perspectiva já tivemos algumas conquistas, mas com muitas lutas, ocupações de espaços públicos e etc.

Estar cursando mestrado significa realizar sonho, conquista, ocupar espaço no campo educacional e em outros seguimentos sociais, principalmente um mestrado Profissionalizante em educação Escolar Indígena, que é de grande relevância para essa região e por ser o primeiro nessa categoria. Além disso abri viés para colocar em prática o que vem sendo discutido e coletando nas pesquisas dentro das escolas indígenas. E isso vem dar mais visibilidade as práticas pedagógicas diferenciadas no contexto da interculturalidade e interdisciplinaridade, pois:

A interculturalidade tem um significado intimamente ligado a um projeto social, educacional, político, ético e epistêmico em direção à descolonização e à transformação [...] A interculturalidade concebida nessa perspectiva representa a construção de um novo espaço epistemológico que inclui aos conhecimentos subalterniza-

dos e os ocidentais, numa relação densa, crítica e mais igualitária (FERNANDES e CANDAU, 2010, p.27).

Nesse artigo os autores discutem as abordagens conceituais de interculturalidade na visão de (WALSH,2010), em que o conceito não se restringe a mera inclusão de novos temas nos currículos ou nas metodologias pedagógicas, mas se situa de transformação estrutural e sócio-histórica. Pois existem outras formas de pensar e se posicionar a partir da diferença colonial, na perspectiva de um mundo mais justo.

No entanto, é essa política justa e igualitária, que busco nesse mestrado, um novo aprendizado, mais uma responsabilidade para com o meu povo, mudança de pensamento, propostas diferenciadas para o currículo de ensino na escola. Mesmo tendo os embates com o sistema que manda um currículo para obedecer às políticas do branqueamento, ou seja, prática do sobreviver, do ser, do saber e do poder que ainda perderam em nossos pescoços. Mas sempre acreditei que o conhecimento da escrita e da leitura pode transformar outros pensamentos ou aceitar por imposição do que a lei rege pelos indígenas.

Índigena no mestrado no Brasil, é difícil, cá município de Santarém, pior ainda, a universidade cria políticas de cotas na pós-graduação para indígena em alguns cursos. E, isso deixa muitos de fora, atualmente está difícil até se manter na graduação, pois o governo através da lei de cotas abriu portas para o indígena entrar na universidade, mas não está dando condições para que ele permaneça, e possa abrir a porta de saída com diploma profissionalizante nas mãos.

Enfrentamos muitos problemas, principalmente a grande resistência, a não aceitação e reconhecimento por parte das instituições para com o indígena, pois são instituições eurocêntricas, capitalistas que coloniza o saber e agem como reprodutora do trabalho dominante. Como o índio não aceita ser dominado, não há preocupação em mantê-los nas instituições deixando-os invisíveis.

[...] o colonizador destrói o imaginário do outro, invisibilizando-o e subalternizando-o, enquanto reafirma o próprio imaginário.
[...].A colonialidade do poder reprime os modos de produção de

conhecimento, os saberes, o mundo simbólico, as imagens do colonizado e impõe novos. (FERNANDES e CANDAU, 2010, p.17)

Tornar-nos invisíveis é problemas para nós povo aguerrido, aprova disso, é o caso desse Mestrado que estou cursando, após todos os trâmites de aprovação foi me matricular, ao chegar na instituição campos Santarém, que subordinada ao campus de Belém, para minha surpresa a pessoa que me atendeu disse que nem sabia da existência desse mestrado. Céus! Me sente tão mal! Invisível! Isso pra mim naquele momento era como se eu meu povo não existíssemos.

E, mais o curso não oferece bolsa de estudo, tenho que me manter financeiramente, e não está sendo fácil, principalmente garantir as passagens para ir a Belém, fazer entrevista, aula magna, e seminários todo sendo custeado por nós alunos, outro problemão que eu e outras parentas enfrentemos no início foi a perseguição que veio das próprias instituições de ensino a qual prestamos serviços. Quem é efetivo tem direito em receber bolsa de estudo, mas governo não quer pagar, em fim ei de vencer.

Diante disso entre meio essas problemáticas, ao concluir o mestrado, pretendo ir para o doutorado assim Tupã permitir, e continuar a luta em busca de políticas implementares educacionais no município, com objetivo de criar proposta de ensino diferenciado para as escolas indígenas, através de Projeto Político Pedagógico Indígenas, é esse, currículo que almejo para o exercício da cidadania do meu povo e de outros, mesmo porque ao concluir o curso vamos apresentar vários materiais didáticos com especificidades e metodologias diferenciadas, pois estamos trilhando na confecção desses instrumentos.

Agora surge um novo problema o covid19, dificultando mais ainda essa jornada. Mas com outro olhar, a pandemia nesse momento, está servindo de reflexão, para um novo aprendizado e valorização dos saberes tradicionais, logo que esse mal chegou no Brasil, a escola da aldeia teve a iniciativa, de pôr em prática o projeto do Notório Saber, de fazer os remédios caseiros tradicionais. Cacique, pajé e toda a comunidade se fez presente, foi uma ação muito louvável que está servindo de preven-

ção contra o novo covid 19, e temos bastante atenção com os idosos. A SESAI fez teste com vários indígenas cá na aldeia, e graças a Tupã e a prevenção não deu nem um caso positivo.

Tememos por essa doença maldita, pois é o segundo surto de doença epidemiológica que estou vivenciado com meu povo, por volta dos anos 60, foi a febre amarela que dizimou inúmeras crianças, e agora esse mal está afetando mais os idosos. Meus antepassados já previam esse acontecimento, coisas ruins estão por vir ainda, vamos ficar atento aos sinais, a Sesai está dando apoio também as aldeias na medida do possível.

Diante de vários pontos reflexíveis neste trabalho, participar dessa live foi muito significante pra mim, pude expressar um pouco da minha vivência acadêmica, do profissional, mestranda em Educação Profissional Escolar Indígena, do meu povo na pandemia. Vejo esse momento como um reencontro com minhas origens, estando em isolamento com minha família na aldeia, reconstruindo nossos saberes e vivenciando-os. Só agradeço ao professor Gilberto, por essa brilhante iniciativa, fez sair do mundo da Covid19 e focar em outros horizontes.

Educação Indígena: professora construindo conhecimentos acadêmicos na Amazônia

HELLEN SURARA, Hellen Regina Martins Rocha, nome de registro oficial. Sou indígena não aldeada sou graduada em Geografia, pós-graduada em História e Geografia, graduada em intercultural indígena em ciências sociais e Humanas e mestranda no Programa de Pós – Graduação em Educação Escolar Indígena PPGEI/UEPA/UFPA/UNIFESSPA/UFOPA. Na linha de pesquisa de Planejamento e Produção de Materiais Didáticos na Escola Indígena, professora de geografia a treze anos no município de Santarém Pará e professora Horista na UEPA no curso de licenciatura intercultural Indígena como orientadora de TCC.

Decidi ingressar no curso de Geografia ainda durante o ensino médio, entendendo que seria a forma de me realizar profissionalmente, visto que enxergava na docência uma das maneiras mais interessantes e

sublimes de contribuir para o desenvolvimento da sociedade em suas demandas cotidianas. Dessa forma, prestei vestibular e fui aprovada para o curso de Geografia na então recém-chegada Universidade Vale do Acaraú (UVA), que tinha sua matriz no Estado do Ceará.

Ao ingressar no primeiro semestre do curso no ano de 2006, participamos de diversas atividades acadêmicas, dentre elas destacam-se: simpósios, seminários, estágios supervisionados e outras atividades extracurriculares, na qual culminou em formação no ano de 2009. Os estágios citados puderam proporcionar-me vivências reais das demandas escolares típicas da sociedade brasileira e, junto as demais atividades acadêmicas, fortaleceram-me para o interesse pela docência e a decidir os rumos que seguiram a formatura.

Eu percebi a importância da educação continuada para o desenvolvimento da educação no país e para a valorização do próprio profissional da Educação, ingressei em um curso de Pós-Graduação ofertado pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER), onde pude aprimorar conhecimentos acerca das práticas docentes, em vista as demandas da disciplina de Geografia e História, dialogando com nossas tendências e técnicas metodológicas de ensino e pesquisa. Esse curso de pós-graduação resultou em um artigo intitulado, *A importância do Ensino de História e Geografia voltada para as questões do Lixo no Brasil e o Ensino fundamental II*”.

Por ser Educadora e reconhecida como indígena da região do Tapajós, ao longo de minha vida profissional fui percebendo que faltava algo para completar a minha realização pessoal e profissional, de maneira a dialogar com minhas origens. Dessa forma, ingressei no curso de Licenciatura Intercultural Indígena ofertado pela Universidade do Estado do Pará (UEPA), em 2013 concluído em 09 e junho de 2017.

Desde o início do curso participei de diversas atividades que contribuíram de maneira significativa para a minha concepção acerca da educação indígena, enquanto educação que deve ser ofertada de maneira bilíngue e intercultural, na qual possa proporcionar aos povos indígenas e suas comunidades a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências.

Identificada e totalmente integrada ao Curso, procurei realizar com compromisso étnico as atividades acadêmicas, o que me levou a ser contemplada com bolsa de estudos do Programa de Ação Saberes Indígenas na Escola (UEPA/UFAM/IFAM/CAPES/SECADI/MEC). Nessa ocasião, nos destacamos pela produção de Material Didático de Metodologias de Ensino na Escola Indígena.

Destacam-se ainda como atividades acadêmicas, as Oficinas de Materiais Didáticos Bilíngue (Nheengatu/português) para educação escolar indígena da região do Tapajós – Arapiuns pelo Programa Campus Avançado em 2014. As atividades do Projeto Político e Pedagógico em Escolas Indígenas do Território Etnoeducacional Tapajós Arapiuns em 2014, e a participação nos seminários de Educação Escolar Indígena e Produção Acadêmica no Território Etnoeducacional Tapajós-Arapiuns. O que resultou no projeto de dissertação: Os impactos socioculturais no Território Korodoyb: Uma experiência pedagógica com alunos do 6º ano da Escola Dom Pedro II. Obtive a premiação de honra ao Mérito por ter alcançado o segundo melhor desempenho acadêmico no curso de Licenciatura Intercultural Indígena e também o prêmio melhor TCC, participei como preceptora da Turma de Licenciatura Intercultural Indígena ,no subprojeto de Residência Pedagógica Entre a Teoria e Prática: a formação de professores indígenas no entrelugar para a vivência pedagógica firmada na interdisciplinaridade e na interculturalidade.

Vale ressaltar, que o artigo contemplado no presente instrumento é o resultado do meu Trabalho de Conclusão de Curso do Curso Intercultural Indígena da Universidade do Estado do Pará no ano de 2017 e que abordou as questões relacionadas a territorialização de terras indígenas e construção de materiais didáticos para a educação indígenas, temas estes que são o ponto central de minhas lutas a favor dos povos indígenas.

Outro fator relevante ainda, é que tal pesquisa continua, só que agora no Curso de Mestrado Profissional em Educação Escolar Indígena, da Universidade do Oeste do Pará, com o tema: A Cartografia Social Da Aldeia de Açaizal: Um instrumento de espacialização do Povo Munduruku, na linha de pesquisa de Produção de materiais didáticos para a escola Indígena: o desafio diante do contexto. Nossa luta nunca parará,

enquanto as terras indígenas não forem respeitadas, e remanejadas para aqueles que por notoriedade tem o direito.

Segundo a Comissão Pastoral da Terra – (CPT) -Diocese de Santarém “Os Impactos Sociais da Soja no Pará” “A Comissão Pastoral da Terra (CPT), desde 2005 vem acompanhando e monitorando a expansão do monocultivo da soja no Pará”. [...] Em Santarém, com a construção do porto graneleiro, da multinacional Cargill, a região passou a ter um pólo promissor para o plantio de soja, apesar das denúncias de ilegalidade desse porto. [...] Esta corrida voraz por terras causou muitos conflitos sociais e se tornou comum ouvir relatos de casas queimadas, expulsões de famílias, ameaças de morte, intimidações às lideranças, grilagem de terras, supressão de florestas que também se tornaram manchetes dentro e fora do Brasil. (CPT, 2010, p.1).

Lembrando que o mestrado no qual faço parte é a primeira turma de mestrado em educação escolar Indígena voltado para professores indígenas fruto de muitas lutas dos nossos parentes Tembés pela educação continuada e abraçada com muito carinho pelos nossos professores indígenas que nós apoiam e lutam conosco a favor de uma educação diferenciada para as populações indígenas que vem fortalecer a educação continuada aos docentes da área específica o mestrado é profissional não tem bolsa de estudos o torna mais difícil mas as vitórias são muito maiores que as dificuldades temos momentos de encontro com os colegas do polo de Marabá em Belém em seminários o último que seria em dia 08 e 09 de junho de 2020 e nossas pesquisas de campo para a continuação da nossa dissertação tudo foi adiado por estamos vivendo este momento de Pandemia onde estamos perdendo muitos Parentes principalmente os Velhos indígenas que são nossos museus vivos estamos vivendo um momento de muita vulnerabilidade e de grande luto, atualmente a preocupação é sobreviver e proteger os nossos ,neste contexto fica ainda mais claro que temos que continuar a buscar a Educação como apoio para fortalecer as populações indígenas na busca por seus direitos.

Considerações finais

Não tem sido tempos fáceis para o ensino superior público brasileiro, para mestrados em educação distantes dos grandes centros urbanos, para os defensores da preservação da Amazônia, muito menos para indígenas que agregam todos esses fatores em si e ainda tem a coragem de se lançarem na difícil tarefa de cursar mestrado. Esse texto procurou mostrar essa dificuldade a partir de quatro relatos de educadores indígenas atuantes na Amazônia paraense agravado pela novidade do enfrentamento da pandemia.

Apesar das dificuldades relatadas é possível perceber a bravura com que esses educadores enfrentam os desafios da pesquisa em educação, da pesquisa em nível de mestrado e de fazer isso ao mesmo tempo em que resistem a um governo inepto, quando não se põe inimigo direto, e a uma doença devastadora aos povos indígenas. Essa bravura revela os motivos pelos quais os indígenas dessas terras ainda não se extinguiram apesar de cinco séculos de massacre.

Referências

- CPT, Comissão Pastoral da Terra. **Os impactos Sociais da Soja no Pará**. Pará: Santarém, 2010 - Disponível em: [http:// www.cptnacional.org.br1.folha](http://www.cptnacional.org.br1.folha). Acessado em: 29 de outubro de 2016.
- EDITAL 01/2019. **Regulamenta o Processo Seletivo para o Mestrado Profissional em Educação Escolar Indígena**. Belém, Santarém, Marabá: UEPA-UFPA-UFOPA-UNIFESSPA, 2019. Disponível em: <<https://www2.uepa.br/daa/?p=1911>.> Acesso em: ago. 2020.
- GUESSE, Érika Bergamasco. **Da oralidade à escrita: Os mitos indígenas no Brasil**, Anais do SILEL. Uberlândia: EDUFU, 2011. Disponível em: <http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/wp-content/uploads/2014/04/silel2011_130.pdf> Acesso em: 4 ago 2020
- FUNARI, Pedro Paulo e PIÑON, Ana. **A temática indígena na escola: subsídios para os professores**. São Paulo: Contexto, 2011.

FERNANDES, Luiz de Oliveira, MARIA, Vera Ferrão Candau. **Pedagogia Decolonial e Educação Antirracista e Intercultural no Brasil**. Belo Horizonte: Educação em Revista, v. 28. nº 01, p. 15-40, 2010.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

WALSH, C. **Interculturalidad crítica y pedagogía de-colonial**: In-surgir, re-existir y re-vivir. En: Candau V. (Edit.), Educação Intercultural hoje en América latina: concepções, tensões e propostas, Brasil: 2010.